XXI FAC-FEA LIVRE
Semana Acadêmica Cultural e XVII Encontro de iniciação Científica da FAC-FEA

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E NECROPOLÍTICA: a desumanização do feminino na era digital

Isabela LAURETO
Faculdade Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: isabelalaureto.passos@gmail.com

Letícia CASASSOLA
Faculdade Fundação Educacional de Araçatuba (FAC-FEA)
e-mail: leehcasassola@gmail.com

EIXO: Ciências Humanas, Sociais e da Saúde ou Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO
O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os impactos da banalização do mal, da necropolítica e do discurso de ódio na perpetuação da violência de gênero, especialmente contra mulheres negras e periféricas no Brasil contemporâneo. A partir de uma análise teórica e contextual, busca-se compreender como os discursos misóginos, amplificados pelas redes sociais e por comunidades digitais organizadas, contribuem para a legitimação simbólica e material da violência contra o feminino. As plataformas digitais, que inicialmente se apresentavam como espaços de liberdade e convivência, passaram a reproduzir lógicas de exclusão e dominação, reforçando estereótipos e naturalizando práticas violentas. Essa dinâmica se articula com a ausência de pensamento crítico e com a alienação ética dos sujeitos, tornando a violência uma prática comum e socialmente aceita. Paralelamente, a necropolítica revela como determinadas vidas são consideradas descartáveis, organizando a morte física e simbólica de grupos marginalizados. No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta na seletividade das vítimas de feminicídio e na persistência da desigualdade de gênero e raça. A internet, ao invés de promover diálogo e inclusão, reforça mecanismos de vigilância e exclusão, modulando conteúdos que alimentam o ódio e a opressão. A atuação de grupos misóginos ultrapassa o espaço virtual, influenciando comportamentos, pautas políticas e práticas sociais que sustentam a violência estrutural. Diante desse cenário, destaca-se a importância da Psicologia como ciência comprometida com a dignidade humana e com a transformação social. É necessário romper com a indiferença e promover práticas que valorizem a alteridade, o respeito à diferença e a responsabilização ética dos sujeitos. O enfrentamento da violência de gênero exige uma abordagem interseccional e crítica, que reconheça os impactos psíquicos e sociais da desumanização do feminino e proponha caminhos de resistência e cuidado. Ao discutir essas questões, o trabalho busca contribuir para o fortalecimento de ações que enfrentem a violência simbólica e material contra as mulheres, promovendo uma cultura de empatia, respeito e valorização da vida. A análise proposta visa ampliar o debate sobre os efeitos da cultura digital na reprodução de discursos violentos e destacar a urgência de práticas éticas que resistam à desumanização. Assim, o estudo reafirma o papel da Psicologia na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e comprometida com os direitos humanos, especialmente no que se refere à proteção e valorização da vida das mulheres.

Palavras-chave: violência contra mulher; necropolítica; misoginia.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, o Brasil tem vivenciado uma crescente alarmante nos índices de violências de gênero e nos casos de feminicídio, fenômenos que se associam ao avanço dos discursos misóginos nos veículos de mídia digital. As redes sociais, inicialmente concebidas como espaços de convivência, união e liberdade de expressão, transformaram-se em ambientes de propagação de ódio e deslegitimação da mulher, reproduzindo e amplificando práticas de violência simbólica. Tal contexto reflete o que Hannah Arendt (1999) denominou de banalização do mal, isto é, a naturalização de atitudes desumanizadoras e violentas praticadas por indivíduos comuns, sem qualquer senso de pensamento crítico e, tão pouco, ético.

Nesse mesmo sentido, o conceito de necropolítica, proposto por Achille Mbembe (2018), traz à tona o fato de que algumas vidas são consideradas irrelevantes e desprovidas de valor social para determinados grupos. No cenário brasileiro, essa lógica se expressa na seletividade das vítimas de feminicídio e na persistência da desigualdade de gênero e etnia, especialmente entre mulheres negras e periféricas, historicamente expostas à violência e exclusão.

Paralelamente, o avanço tecnológico e a ampliação das redes digitais intensificam novas formas de violência simbólica, expressas no discurso de ódio e na misoginia online praticadas por grupos autodenominados Incels e Red Pills, que, em seguida, reproduzem as mesmas lógicas de exclusão e dominação no espaço *offline*. Fazendo com que, desse modo, a articulação entre banalização do mal, necropolítica e discurso de ódio revele um sistema que legitima a violência contra as mulheres, tanto no campo material quanto simbólico, e que exige reflexão crítica e ação ética, especialmente da Psicologia, enquanto ciência comprometida com a dignidade humana e a transformação social. Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo discutir a relação entre tais elementos, refletindo sobre seus impactos psíquicos e sociais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho exposto é um resumo expandido obtido a partir das leituras e análises dos textos: "Banalização do mal na contemporaneidade e os efeitos necropolíticos na sociedade brasileira" de Flávia Ferreira Carvalhaes, Rogério Borges Silva e Amanda Barbosa Lima; "Necropolítica" de Achille Mbembe; "Incels e Misoginia *On-line* em Tempos de Cultura Digital" de André Villela de Souza Lima-Santos e Manoel Antônio Santos e "Misoginia,

discurso de ódio e seus impactos na saúde mental da mulher" de Patrícia Machado, Fábio da Silva Santos e Marcela Nascimento de Souza. Tais pesquisas possibilitaram uma reflexão maior em relação ao aumento de casos de feminicídio e violências de gênero com o elevado aumento de discursos misóginos nos meios digitais. O trabalho foi dividido em explicação sociopolítica dos acontecimentos e a relevância da psicologia nos casos supracitados.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 A BANALIZAÇÃO DO MAL E O VAZIO DE PENSAMENTO

A filósofa Hannah Arendt (1999) conceituou o mal banal como característica que não se restringe àqueles tidos como perversos, autoritários e assassinos, ao contrário: o mal tem a potencialidade de ser acessível e praticado por qualquer um, é democrático. Os fenômenos de violência e exclusão, opressão e desumanização são normalizados e, muitas vezes, aceitados quando o indivíduo, bem como conjunto social neoliberal que o permeia, passa a invisibilizar a alteridade – se o outro não existe, não pode ser afetado e nem sentido, ou se sua existência é reconhecida, ela é rapidamente desumanizada e tida como desimportante, subalterna.

Como supracitado, a sociedade capitalista neoliberal tem papel fundamental nesse processo de naturalização dos males: a subjetividade, nesse modelo, é transformada em mercadoria e assim, transforma-se conforme a necessidade do capital – o sujeito se esvazia de criticidade para atender às exigências cada vez mais impossíveis do mercado de trabalho e toma uma conduta baseada na competitividade e individualismo.

> Criam-se, assim, artefatos que permitem esquivar-se do risco do contato direto com o sofrimento [...] permitindo resguardar-se da culpa, efeito de reconhecimento da sua alteridade como igualmente humana. [...] Da mesma forma, executivos que intensificam mais e mais os processos de precarização do trabalho, intensificando indistinta e crescentemente a exploração e expropriação de cada um dos trabalhadores – ou mesmo os demitindo para recontratá-los com vínculos ainda mais frágeis e instáveis –, o fazem em resposta ao jogo capitalista de produção que é naturalizado como único modelo de existência e sociabilidade possíveis" (Carvalhaes; Silva e Lima, 2020, p.5).

Sob essa perspectiva, ocorre outro fenômeno discutido por Arendt (1999): o vazio de pensamento, um processo em que há a supressão da subjetividade humana, uma forma de alienação, na qual o sujeito já não se reconhece como coisa em si, mas como objeto, mera engrenagem sistêmica. Dessa forma, não há espaço para reflexão e pensamento crítico, uma vez que o indivíduo dissocia-se de seus atos e, por conseguinte, não consegue estabelecer uma

relação de responsabilidade frente às consequências, nem é capaz de sentir culpa ou remorso pelos danos causados.

Esses fenômenos, intrinsicamente relacionados, naturalizaram-se no aparato social conforme as políticas dos Estados legitimaram a violência em toda a historicidade brasileira, criando um espaço de desigualdade social e de gênero, no qual as minorias marginalizadas, no caso das mulheres – principalmente negras e pardas, são vistas como intelectualmente inferiores, empecilhos ao progresso e com a valorização imbricada na capacidade de submissão.

3.2 A NECROPOLÍTICA ENQUANTO CONTROLE DOS CORPOS FEMININOS

Tendo em vista o aparato sócio político permeado pela banalização do mal e que estimula discursos vazios de criticidade e rasos, no que tange a argumentação e conhecimento prévio, cria-se, portanto, solo fértil para a disseminação da Necropolítica como política nacional e sua progressiva naturalização social (Carvalhaes, Silva e Lima, 2020 *apud* Mbembe, 2018).

Mbembe (2003) conceitua a necropolítica como um poder que não só decide os alvos de fatalidades na sociedade, mas que organiza a morte, minunciosamente, àqueles tidos como merecedores – notoriamente, negros, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, etc. Nesse sentido, esse ápice da violência, opressão e poder estatais criam "zonas de morte", como favelas, prisões, campos de refugiados ou mesmo os ambientes digitais onde certas existências são reduzidas ao ódio e à invisibilidade. Assim, a política de morte é tanto física, como simbólica: se torna política de Estado ao determinar quais corpos são descartáveis (Carvalhaes *et al*, 2020) e se insere em fragmentos em discursos "inofensivos" proferidos no cotidiano e em discurso de ódio propriamente ditos, principalmente no âmbito digital.

Na realidade brasileira, a necropolítica é observada na seletividade das vítimas de feminicídio e na persistência da violência de gênero - segundo dados publicados no relatório da pesquisa **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil** (Datafolha, 2019), elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Instituto Datafolha, no ano de 2017, 16 milhões de mulheres sofreram algum tipo de violência e 4.539 foram assassinadas, sendo as mulheres pardas e negras os principais alvos. Assim, o feminicídio pode ser compreendido como uma forma extrema de manifestação dessa política da morte, sustentada pela indiferença social e pela reprodução de discursos misóginos.

3.3 O DISCURSO DE ÓDIO NO AMBIENTE DIGITAL

A ferramenta do discurso, como simbolização dos atos concretos, por estar imbricada com os afetos e manifestações socialmente construídas, também pode se articular como forma de dominação "quando [o discurso] é usado com intuito de inferiorizar, ofender e humilhar uma pessoa ou grupo, levando em conta seus aspectos relacionados ao gênero, à raça e à etnia" (Machado, Santos e Souza, 2022 *apud* Barros e Mello, 2018.). Nesse sentido, a violência contra a mulher ganha outra forma: a misoginia.

> Há, na misoginia, um construto idealizado sobre o ser mulher e, sua não performatização, segundo esta lógica, é passível de punição. Aqui, portanto, há uma disseminação de ódio ao feminino decorrente de uma crença em que mulheres sejam merecedoras das mais diversas e absurdas formas de violência simplesmente pelo fato de serem mulheres, ou seja, uma completa desumanização do sujeito (Machado; Santos; Souza, 2022, p.12)

Em que se pese, o discurso misógino estimula a propagação de agressões verbais como punição à figura feminina, objetivando expô-la publicamente, degradá-la e humilhá-la por seus comportamentos "inadequados" – vale ressaltar que a inadequação afirmada pelos misóginos corresponde à não submissão total da mulher ao homem e assim, ele perde sua dominação irrestrita em relação à ela; então, como forma de reafirmar sua posição de dominador natural, passa a violentar a mulher através dos discursos e da disseminação do ódio.

Ademais, não se pode perder de vista que a presença constante da internet em praticamente todos os aspectos da vida cotidiana redefine não apenas as formas de comunicação, mas também o modo como as subjetividades se constituem: no ambiente digital, o sujeito vive a ilusão de autonomia, acreditando possuir controle sobre o que consome e compartilha. Essa sensação de liberdade, entretanto, esconde uma complexa engrenagem de vigilância e manipulação – cada ação realizada online é rastreada e utilizada por algoritmos capazes de mapear, prever e influenciar comportamentos. Desse modo, a depender da forma de consumo do conteúdo pelo usuário, isto é, se é compartilhado, comentado e curtido, mais discursos semelhantes vão construir a página de acesso do consumidor, recomendando criadores que corroboram com os mesmos ideais, notificando *posts* com a mesma estruturação e mostrando outros usuários que engajam com o mesmo conteúdo.

Essa dinâmica é, portanto, puramente ideológica ao reproduz as lógicas de poder e exclusão que estruturam a sociedade *offline*. Além disso, devido a modulação que a vigilância

do algoritmo faz no conteúdo, no caso discutido, misógino e violento, aqueles que se identificam com esses ideias encontram uma comunidade, a qual os permite destilar sua ira sem ressentimentos: os *RedPills* – nome dado em referência ao filme "Matrix" (Silver, Wachowski, & Wachowski, 1999), que pressupõe que esse grupo de homens tomaram a "pílula vermelha", ou seja, passaram a notar as verdades propositalmente encobertas pela sociedade, a saber, a suposta "lavagem cerebral" que os movimentos feministas impuseram socialmente, dando privilégios às mulheres, em detrimento dos homens – e os *Incels*: subgrupo dentro da comunidade *RedPill*, que abarca homens que se sentiram rejeitados por mulheres e encontraram a "resposta" a esse sofrimento, em forma de vingança, propagando seu ressentimento através de discursos de ódio online às mulheres.

Sob esse viés, como apontam Lima-Santos e Santos (2022), o ambiente digital tornou-se um espaço privilegiado para a disseminação da misoginia e do discurso de ódio, no qual a figura da mulher é constantemente atacada e reduzida a estereótipos. A circulação massiva desses conteúdos naturaliza a violência e legitima práticas de silenciamento, configurando uma nova forma de dominação simbólica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreende-se que a banalização do mal e a necropolítica se entrelaçam na manutenção das violências contemporâneas, especialmente no que se refere às mulheres. A sociedade neoliberal, ao transformar a subjetividade em mercadoria, favorece o vazio de pensamento e a alienação coletiva, criando terreno fértil para a reprodução de práticas desumanizadoras e discursos de ódio. Nesse contexto, o corpo feminino se torna um dos principais alvos da política da morte: reduzido a objeto, controlado, vigiado e punido, sobretudo quando desafia os papéis tradicionais de submissão e passividade.

A necropolítica, como poder que organiza a morte e seleciona quais vidas são dignas de proteção, manifesta-se na seletividade das vítimas de feminicídio e na perpetuação da misoginia digital. A normalização do ódio contra as mulheres nas redes sociais é a expressão simbólica dessa política, que naturaliza o sofrimento e legitima a violência como prática aceitável. Assim, a internet, ao invés de espaço de liberdade e diálogo, torna-se terreno de vigilância e opressão: ao se organizarem em comunidades digitais que disseminam ideias misóginas sob o disfarce de "libertação masculina", os *Incels* e *RedPills* também atuam *offline*, influenciando comportamentos, pautas políticas e práticas sociais. Assim, a violência

simbólica se converte em violência real, legitimada por uma cultura que banaliza o mal e desumaniza o feminino.

Percebe-se, portanto, que o feminicídio e as diversas formas de violência de gênero não surgem de modo isolado, mas resultam de um processo contínuo de desvalorização da vida da mulher — um percurso que começa na banalização do mal, se institucionaliza nas políticas de morte e se legitima no discurso de ódio, encontrando eco na realidade social. Enfrentar esse cenário exige romper o ciclo de indiferença e reconstruir as bases da empatia e da responsabilidade ética, promovendo uma cultura que valorize a alteridade e o respeito à diferença. Nesse sentido, a Psicologia – como área científica não neutra e que visa o bem-estar coletivo – assume papel fundamental na análise crítica das dinâmicas de poder e na promoção de práticas que resistam à desumanização e reafirmem o valor da vida em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução: José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

BUENO, Samira *et al*. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed. **Instituto Datafolha.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/Incografico-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-2deg-edicao-1. Acesso em: 14 out. 2025.

CARVALHAES, Flávia Ferreira; SILVA, Rogério Borges; LIMA, Amanda Barbosa. Banalização do mal na contemporaneidade e os efeitos necropolíticos na sociedade brasileira. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 20, n. 3, p. 1–15, 2020.

LIMA-SANTOS, André Villela de Souza; SANTOS, Manoel Antônio dos. Incels e misoginia on-line em tempos de cultura digital. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 1081–1102, set./dez. 2022. DOI: 10.12957/epp.2022.69802.

MACHADO, Patrícia; SANTOS, Fábio da Silva; SOUZA, Marcela Nascimento de. Misoginia, discurso de ódio e seus impactos na saúde mental da mulher. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 4, p. 1158–1175, abr. 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i4.6014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 Edições, 2003.